



PROJETO DE LEI Nº 071, DE 04 DE JULHO DE 2024.

Institui e regulamenta o Aluguel Social, em caráter emergencial, para os proprietários que residem em imóveis do Bairro Santin e Loteamento Alto do Paraíso, no Município de Serafina Corrêa, cuja desocupação foi determinada pelo Poder Público, por conta das enchentes ocorridas em maio de 2024.

Art. 1º Fica instituído o Aluguel Social, em caráter emergencial, destinado exclusivamente aos proprietários que residem em imóvel no Bairro Santin e Loteamento Alto do Paraíso, cuja desocupação foi determinada pelo Poder Público, após as enchentes ocorridas em maio de 2024 e realização de laudo pericial.

Art. 2º O Aluguel Social será no valor mensal de até 1,5 VRM (Valor de Referência Municipal), a ser repassado pelo Município pelo período de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 3º Para fazer jus ao benefício do Aluguel Social, a família deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I - Ter sido expedida ordem para desocupação do imóvel e ter sido considerado impróprio para habitação, conforme laudo pericial realizado pelo Poder Executivo;
- II - Ser proprietário e residir no imóvel condenado ou interditado.

Art. 4º A solicitação do benefício deverá ser realizada pelo interessado na Secretaria Municipal de Coordenação, Planejamento e Gestão, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- I - Documento de identidade e CPF;
- II - Comprovante de propriedade do imóvel;
- III - Declaração de que reside local.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Coordenação, Planejamento e Gestão deverá verificar a existência de ordem de desocupação e a impropriedade do imóvel para habitação, conforme laudo pericial realizado pelo Poder Executivo.

§1º. A ausência de documentos no requerimento e/ou a não comprovação do atendimento das condições de que tratam o *caput* deste artigo resultarão no indeferimento da concessão do benefício.

§2º. O Poder Executivo Municipal poderá solicitar ao requerente a apresentação de outros documentos que achar necessários para correta concessão do benefício.

§3º. O requerimento, acompanhado da manifestação favorável ou desfavorável da Secretaria Municipal de Coordenação, Planejamento e Gestão quanto à concessão do benefício, será encaminhado ao Prefeito para decisão.



PROJETO DE LEI Nº 071, DE 04 DE JULHO DE 2024.

Art. 6º O benefício do Aluguel Social será destinado exclusivamente para o pagamento de locação residencial, sendo efetivado mediante a apresentação do contrato de locação, assinado pelas partes contratantes, sem rasuras e com firma reconhecida.

§1º. A localização do imóvel, a negociação de valores e a contratação da locação será de responsabilidade exclusiva do titular do benefício.

§2º. O Município fica isento de qualquer pagamento adicional se houver contratação ou prorrogação de contrato de locação por período que ultrapasse o previsto nesta Lei para pagamento do benefício.

§3º. O Município não se responsabiliza pela relação contratual entre as partes.

Art. 7º O pagamento do Aluguel Social será efetuado diretamente ao locador, mediante apresentação de recibo.

Art. 8º O benefício do Aluguel Social será extinto ao fim do período estabelecido nesta Lei ou em caso de:

- I - A família deixar de atender aos critérios estabelecidos nesta Lei;
- II – Ocorrer modificação das condições que ensejaram a concessão do benefício;
- III - Sublocação do imóvel objeto da concessão do benefício;
- IV - Apresentação de documentação ou declaração falsa, o que acarretará na obrigação de ressarcimento ao Município.
- V – O beneficiário dar destinação diversa do que prevê esta Lei aos valores recebidos.

Art. 9º É vedado o pagamento simultâneo do benefício previsto nesta Lei com o Auxílio Moradia, previsto na Lei Municipal nº 3.072/2013.

Art. 10 As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 11 O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta lei por decreto.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Serafina Corrêa, 04 de julho de 2024, 63º da Emancipação.

Valdir Bianchet
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 071, DE 04 DE JULHO DE 2024.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente

Excelentíssimos Senhores Vereadores

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal Projeto de Lei que ***“Institui e regulamenta o Aluguel Social, em caráter emergencial, para os proprietários que residem em imóveis do Bairro Santin e Loteamento Alto do Paraíso, no Município de Serafina Corrêa, cuja desocupação foi determinada pelo Poder Público, por conta das enchentes ocorridas em maio de 2024”.***

No início de maio, o Município de Serafina Corrêa enfrentou uma situação de calamidade pública devido às intensas chuvas que assolaram a região, classificadas pelo Código Brasileiro de Desastres (COBRADE) como chuvas intensas – 1.3.2.1.4. Este fenômeno natural causou danos significativos a diversas propriedades residenciais, afetando diretamente a vida de muitos munícipes.

Em razão das fortes enchentes ocorridas no mês de maio de 2024 e deslizamentos de terra no Bairro Santin e Loteamento Alto do Paraíso, o Poder Executivo providenciou a realização de laudo pericial, emitido pela empresa Infra-Geo, que identificou os locais de risco. Após, o Poder Público determinou a desocupação imediata e preventiva de áreas de risco de deslizamento, por meio do Decreto Municipal nº 1.399, de 08 de maio de 2024, e do Decreto Municipal nº 1.424, de 21 de junho de 2024.

Assim, a instituição de aluguel social para as famílias do Bairro Santin e Loteamento Alto do Paraíso, conforme proposta neste Projeto de Lei, é uma medida emergencial e de justiça social, que visa amenizar o impacto econômico sofrido pelos cidadãos que precisaram desocupar suas residências, após a realização de laudo pericial pelo Poder Executivo que determinou a desocupação imediata e preventiva de áreas com risco de deslizamento.

Diante dos fatos apresentados, torna-se imperiosa a implementação do aluguel social, a fim de assegurar a proteção e a dignidade daqueles que foram afetados pelas enchentes e deslizamentos. O referido benefício permitirá que estas famílias tenham acesso



PROJETO DE LEI Nº 071, DE 04 DE JULHO DE 2024.

a uma moradia segura enquanto são realizadas as intervenções necessárias nas áreas de risco.

O Projeto de Lei estabelece que o Aluguel Social será no valor mensal de até 1,5 VRM, a ser repassado pelo Município pelo período de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. Para fazer jus ao benefício, deverá ter sido expedida ordem do Poder Público para desocupação do imóvel, considerado impróprio para habitação, e o beneficiário deverá ser, cumulativamente, proprietário e residente do imóvel condenado.

Por fim, solicita-se seja apreciado o presente PL em regime de urgência, dada a premência e relevância do seu objeto.

Ante o exposto, encaminha-se o presente projeto e conta-se, desde já, com o apoio na sua aprovação.

Gabinete do Prefeito de Serafina Corrêa, 04 de julho de 2024.

Valdir Bianchet

Prefeito Municipal

Este Projeto de Lei foi examinado
pela Assessoria Jurídica do
Município de Serafina Corrêa